

## **PARECER Nº           , DE 2007**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 94, de 2003, que *altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.*

**RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO**

### **I – RELATÓRIO**

Em exame, nesta Comissão, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 94, de 2003, subscrita pelo Senador Demóstenes Torres e outros Senadores.

A PEC 94/2003 altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal, com o fim de tornar obrigatória a oferta do ensino fundamental em período integral.

Mediante inserção de parágrafo no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a proposta fixa prazo, até 2010, para a que a medida seja implementada.

De acordo com os signatários da proposta, além de haver recursos para implantação do ensino fundamental em dois turnos, dada a rede de projetos sociais direcionados para crianças e atividades de esporte, lazer e

cultura, a mudança beneficiará, especialmente, os pais que trabalham fora de casa, cujos filhos serão atendidas em suas necessidades básicas, ficando, ainda, afastados das más influências e da violência das ruas.

Não foram apresentadas emendas à proposição no transcurso do prazo regimental.

## **II – ANÁLISE**

A instituição do ensino fundamental obrigatório em tempo integral implica, para a escola, o atendimento dos alunos dessa etapa da educação básica em dois períodos, perfazendo-se carga mínima de sete horas diárias, excluído o intervalo para refeição.

Com efeito, a PEC traz para a rede pública de ensino uma inovação bastante disseminada no setor privado, onde os estudantes já desenvolvem, em turno suplementar, aulas de arte, línguas, informática e esportes, além de outras atividades complementares à sua formação.

A propósito, é importante ressaltar o pioneirismo de escolas públicas de estados como Roraima e Pernambuco, onde o primeiro período do dia letivo é dedicado à aprendizagem dos conteúdos curriculares tradicionais, enquanto o segundo, após o almoço, serve a atividades relevantes à educação integral do aluno.

Nesses moldes, o ensino fundamental em período integral configura ação enriquecedora do processo de formação do aluno. As horas a mais na escola, além de ajudar na fixação do conteúdo acadêmico, propiciam o acesso a atividades culturais, artísticas e esportivas e, ainda, maior atenção à saúde dos educandos, como cuidados médicos e odontológicos. No aspecto social, a medida tem o efeito imediato de tirar crianças das ruas e colocá-las a salvo de situações de risco a que estão expostas atualmente.

No mais, a proposição tende a imprimir eficácia a diretrizes e objetivos estabelecidos, nomeadamente, na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 1996 – e no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 2001.

No caso específico do art. 34 da LDB, ao tempo em que preconiza a ampliação progressiva da permanência do aluno do ensino fundamental na escola (*caput*), deixa a implantação da medida ao talante dos sistemas de ensino (§ 2º).

Essa suposta flexibilidade conduz ao mesmo destino da conjugação de esforços a que se fez alusão nas disposições transitórias acerca da Década de Educação, instituída por meio do art. 87, da mesma lei, para ter vigência no período de 1997 a 2006.

No que toca às metas e objetivos do PNE, cuja execução vai até 2011, verifica-se a mesma preocupação com a expansão da escola em tempo integral. Contudo, os resultados práticos não foram vistos até o presente.

Note-se que, após dez anos de vigência da LDB, finda a Década de Educação, e decorrida a metade da duração do PNE, o desafio de oferta da escola em tempo integral, especialmente para as crianças das camadas populares, continua.

A nosso ver, isso se deveu não só à falta de força coercitiva das normas apontadas, mas também à inexistência de meios materiais para que a mudança ocorresse. Afinal, a implantação da proposta requer que as escolas sejam providas, dentre outros recursos, de professores preparados, material didático adequado e toda a logística e instalações necessárias para dar suporte à permanência, em muitos casos ininterrupta, dos alunos na escola.

Por tudo isso, além de apoiar a PEC nº 94, de 2003, cujo mérito e oportunidade persistem, sugerimos o seu aperfeiçoamento, com o intento de assegurar recursos suficientes, aos municípios, para viabilizar a implantação do ensino fundamental em tempo integral.

Para tanto, considerada, por um lado, a estagnação da capacidade desses entes para aumentar receitas próprias, e, por outro, a reduzida assistência financeira da União à manutenção da educação básica, parece-nos

justa a atualização da equação de redistribuição das receitas do Imposto de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI), prevista no art. 159, inciso I, da Constituição Federal.

Com esse fim, estamos propondo que mais 1% (um por cento) dessa receita de IR e IPI seja distribuído aos municípios, ficando essa parcela destinada à aplicação exclusiva no ensino fundamental em tempo integral, na forma que a lei vier a estabelecer.

Por sugestão recebida, que acolhemos, os prazos previstos na alteração do art. 60 do ADCT passam a ser de 2023 e 2022 respectivamente.

Por fim, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, a PEC nº 94, de 2003, não reclama quaisquer reparos.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela APROVAÇÃO da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, com as seguintes emendas que ofereço à apreciação nos nobres pares:

### **EMENDA ADITIVA**

Inclua-se no Art.1º da PEC 94 de 2003 a seguinte alteração da Constituição Federal:

**“Art. 159.** .....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento na seguinte forma:

.....

d) um por cento, para aplicação exclusiva em programas municipais de manutenção do ensino obrigatório em período integral, de que trata o art. 208, inciso I, sendo distribuído somente para os municípios que o tenham implantado atendendo acima de setenta e cinco por cento do número esperado de matrículas de alunos em idade

eletiva para o ensino obrigatório no município, na forma que a lei estabelecer;

.....(NR)”

## **EMENDA DE REDAÇÃO**

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 60.** .....

.....

§ 8º O ensino fundamental em tempo integral, consoante disposto no inciso I e § 4º do art. 208 da Constituição Federal, deverá ser implementado até o ano de 2023, de forma gradual:

I – em índice anual não inferior a seis por cento do conjunto de turmas ou estabelecimentos de ensino, até o ano de 2022; ou

II – mediante ampliação progressiva da carga horária diária, incluído o tempo para refeição, em todas as turmas ou estabelecimentos de ensino, simultaneamente. (NR)”

Sala da Comissão, 25 de abril de 2007.

Senador Antonio Carlos Magalhães,  
Presidente

Senador Eduardo Azeredo,  
Relator

## IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Reunião Ordinária realizada nesta data, decide pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, com a Emenda nº 1-CCJ e a Emenda nº 2-CCJ, acolhendo a sugestão do Senador Jefferson Péres de substituir o ano “2023” por “2022”, no § 8º, do art. 60 do ADCT.

### EMENDA Nº 1 – CCJ

Inclua-se no Art. 1º da PEC 94 de 2003 a seguinte alteração da Constituição Federal:

“Art.159. ....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento na seguinte forma:

.....

d) um por cento, para aplicação exclusiva em programas municipais de manutenção do ensino obrigatório em período integral, de que trata o art. 208, inciso I, sendo distribuído somente para os municípios que o tenham implantado atendendo acima de setenta e cinco por cento do número esperado de matrículas de alunos em idade eletiva para o ensino obrigatório no município, na forma que a lei estabelecer;

.....” (NR)

### EMENDA Nº 2 – CCJ

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.60. ....

.....

§ 8º O ensino fundamental em tempo integral, consoante disposto no inciso I e § 4º do art. 208 da Constituição Federal, deverá ser implementado até o ano de 2022, de forma gradual:

I – em índice anual não inferior a seis por cento do conjunto de turmas ou estabelecimentos de ensino, até o ano de 2022; ou

II – mediante ampliação progressiva da carga horária diária, incluído o tempo para refeição, em todas as turmas ou estabelecimentos de ensino, simultaneamente.” (NR)

Sala das Comissões, 25 de abril de 2007.

Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador **EDUARDO AZEREDO**